



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INTERAÇÃO TERRITORIAL: DESENVOLVIMENTO, INTERVENÇÃO E TROCA DE SABERES EM COMUNIDADES RURAIS NO VALE DO JEQUITINHONHA-MG

Frederico Antonio Mineiro Lopes

Instituto de Ciências Agrárias - ICA
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
fredericomineiro@ufmg.br

Márcia Martins

Instituto de Ciências Agrárias - ICA
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
mmartins07@gmail.com

Paulo Sérgio Nascimento Lopes

Instituto de Ciências Agrárias - ICA
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
psnlopes1@hotmail.com

Resumo

A cidade de Itaobim-MG, situa-se no médio Jequitinhonha, às margens do Rio Jequitinhonha. A agricultura representa a principal fonte de renda desse município. Nesse contexto buscou-se apresentar uma experiência de extensão de uma unidade da Universidade Federal de Minas Gerais: o Instituto de Ciências Agrárias, sobretudo quanto à sua perspectiva de intervenção e de interação territorial em comunidades rurais, no município de Itaobim-MG. Essa atividade integrou o projeto de extensão: Manejo sustentável de frutíferas, que integra o Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha. O estudo foi realizado por meio de questionários semi-estruturados aplicados por acadêmicos e professores do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da UFMG a 23 famílias de agricultores em 03 comunidades rurais do Município: Nossa Senhora da Paz, São João e Flor de Minas. A partir do diagnóstico foi possível conhecer melhor a realidade local e o público-trabalhado nas ações de extensão. Foi propiciada a participação dos agricultores ao responderem e discutirem os dados sistematizados com os professores e acadêmicos, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com a municipalidade. Além disso, as ações de extensão possibilitaram o incentivo para as iniciativas para transformação local, por meio da conscientização e do envolvimento das pessoas para o desenvolvimento das comunidades rurais de Itaobim,



A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

conquistando o direito ao bem-viver.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar, extensão, desenvolvimento, fruticultura.

Introdução

Com a complexidade e a voracidade dos mercados globalizados, muitos produtos e produtores têm sido alijados do sistema econômico, muitas vezes, de modo análogo ao darwiniano. A economia de escala, além de interferir nos hábitos alimentares em comunidades tradicionais, ao colocar produtos exógenos e a baixo custo, tem sido causa de desemprego nas pequenas cidades e, ao mesmo tempo, forçado a migração dos jovens e adultos para outras regiões do país (RIFKIN, 1995). Algumas iniciativas para mitigar esse fenômeno da contemporaneidade, têm sido algumas ações locais, da sociedade civil e ou do Estado, valorizando a cultura, os modos de reprodução social e econômico e a geração de ocupação e renda.

No Vale do Jequitinhonha, assim como em outras regiões ou territórios no Brasil, tais iniciativas têm sido realizadas por pastorais sociais, algumas organizações não governamentais e alguns setores do Estado como: as universidades federais, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, algumas secretarias municipais de agricultura e alguns escritórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG). Algumas condições, em comum, para que as ações sejam exitosas têm convergido para a articulação, diálogo e ações em rede. Desse modo, levar em conta a execução de um novo projeto a partir de uma parceria já consolidada e forte tem sido uma recomendação dos planejadores e pesquisadores na área do desenvolvimento regional, pois garante a execução de ações mais focadas na realidade local, participativas, pouco onerosas, democráticas, ambiental e socialmente justas (JARA, 1999; CONTAG, 1999; ABRAMOVAY, 2003).

Além do aparato logístico, do planejamento e da estratégia, torna-se necessária uma mentalidade apriorística, na perspectiva emancipadora, do empoderamento e de uma educação para a participação, para a consciência crítica e para a cidadania. Por isso, da parte dos agentes que irão realizar as ações de extensão, é exigida a atenção e o respeito às demandas locais e a interação dialógica com o público trabalhado, desde a elaboração, realização, monitoramento e avaliação do projeto.

A partir de uma experiência de extensão realizada na bacia do rio São João, no município de Itaobim, no nordeste de Minas Gerais, surgiu uma questão orientadora que acompanhará o itinerário deste texto: como um projeto de extensão, com a duração de um ano, pode contribuir



A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

efetivamente, para o desenvolvimento rural comunitário de um determinado território? A partir dessa inquietação foi gerado o seguinte objetivo: apresentar uma experiência de extensão de uma unidade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): o Instituto de Ciências Agrárias (ICA), a partir do diagnóstico socioeconômico de uma comunidade rural, no município de Itaobim-MG, para subsidiar o projeto de extensão: Manejo sustentável de frutíferas, que integra o Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha (PÓLO).

Assim, além do preâmbulo acima, este artigo apresenta uma breve caracterização do território onde o projeto está sendo realizado. Aborda as etapas metodológicas, os fundamentos teóricos na perspectiva da extensão, da educação popular, intervenção e desenvolvimento. Apresenta e discute os resultados da ação de extensão e encerra com as considerações finais.

O município de Itaobim, o Vale do Jequitinhonha e a interface entre o Projeto manejo sustentável de frutíferas e o Programa Pólo: breves caracterizações

O município de Itaobim–MG fica situado na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais. Assim como os demais municípios do Vale do Jequitinhonha, torna-se foco de duas visões predominantes e extremas da parte dos meios de comunicação de massa e do chamado senso comum: o vale da miséria e o vale da riqueza histórico-cultural. Apresenta indicadores sociais (IDH 0,689) e econômicos próximos aos das áreas mais empobrecidas, economicamente, do Brasil e uma riqueza artística e cultural tradicional exuberante.

O clima da região é classificado como semiárido, seu bioma predominante é o da Mata atlântica e há áreas do município com presença marcante do bioma Caatinga. Conforme informações da Prefeitura Municipal de Itaobim (2015), o município está situado a 180 metros do nível do mar e está localizado a 620 km de Belo Horizonte, compondo um entroncamento com as rodovias BR-116 (Rio-Bahia, que atravessa a cidade), BR-367 (Norte de Minas Gerais) e BR- 327 (Sul da Bahia). É conhecido como a terra da manga, pela produção das mangas Rosa e Espada, por organizar a festa municipal da manga, anualmente, bem como pelo escoamento da produção para outros municípios e estados. A agricultura representa uma importante fonte de renda para os agricultores familiares desse município, que cultivam, além das espécies frutíferas, olerícolas, grãos, cana, cereais, dentre outras.

Nesse contexto, o Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha iniciou suas atividades no ano de 1996. Tendo como principal objetivo a articulação das diversas atividades, em diferentes áreas do conhecimento realizadas pelas unidades da UFMG, na região do Vale do Jequitinhonha. O programa é vinculado às Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão (Proex)





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

e é pautado pela indissolubilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (FORPROEX, 2001). As ações do programa são distribuídas em projetos executados por cinco grandes áreas: cultura, desenvolvimento regional e geração de ocupação e renda, educação, meio ambiente e saúde. Busca, por meio de ações ancoradas ao desenvolvimento regional, colaborar com as comunidades e com o Estado nos esforços para a redução da pobreza, melhoria das condições de vida e para a promoção e reconhecimento da rica cultura local (NOGUEIRA, 2008).

O município de Itaobim tem efetivado com a UFMG vários projetos dentro do programa Pólo. Todavia, nenhum desses projetos atuou diretamente sobre uma das principais atividades agrícolas do município empreendida pelos agricultores familiares, que é a fruticultura. Assim, em função da articulação entre a universidade, o município de Itaobim: Secretaria Municipal de Agricultura e Emater, os agricultores familiares e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), originaram as demandas locais. A partir dessa interação interinstitucional, houve uma troca de informações que subsidiou a construção, em rede, do plano de ações para a melhoria e a ampliação da fruticultura na região. A elaboração do projeto foi pautada pela utilização de técnicas e práticas sustentáveis, agroecológicas e orgânicas de produção, processamento e agregação de valor à atividade frutícola.

Neste sentido, a UFMG, por meio da equipe multidisciplinar do ICA, agricultores familiares e a municipalidade de Itaobim, elaboraram o projeto para o Edital 04/2011 do MEC/SESu na linha de Desenvolvimento Rural. Na elaboração foram adotados os princípios preconizados pela Lei 12.188/2010 de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2010). Ressalta-se a permanente consideração aos fundamentos do desenvolvimento rural sustentável por meio de técnicas e práticas da agroecologia; a construção do conhecimento a partir da adoção de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural; a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; o incentivo à economia popular solidária e a contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Etapas metodológicas ou passos para uma melhor visão e conhecimento do território para a realização efetiva das ações de extensão

A metodologia para chegar ao conhecimento dos fenômenos relacionados à entrada de instituições no âmbito das comunidades foi a observação não participante, bem como a busca de informações nos órgãos públicos municipais e estaduais (dados secundários), e, visitas às comunidades para maior aproximação e diálogo com o público trabalhado.

Antes da ida ao campo, na elaboração da estratégia da pesquisa e da construção dos





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

questionários, buscou-se trabalhar a visão científica e extensionista dos membros da equipe. Foram realizadas reuniões de preparação da equipe, teste dos questionários e simulação das abordagens vis a vis. Tais procedimentos foram muito importantes, principalmente para os estudantes, que puderam se preparar, refletir sobre o respeito ao jeito de ser dos entrevistados, da ética na condução das entrevistas e entender as peculiaridades do trabalho de campo e do contato com outra cultura a ser conhecida. Isso foi fundamental para melhor apreensão e assimilação das informações, contribuindo para a validade e confiabilidade do trabalho.

Para um melhor conhecimento da região, das pessoas e das suas atividades, bem como das experiências, dificuldades, desafios e demandas específicas, buscou-se realizar um diagnóstico para conhecer três aspectos daquela região: o pomar doméstico, o pomar comercial e a condição socioeconômica da população. Foram utilizados questionários semi-estruturados, fotografias, análise quantitativa e qualitativa dos dados (descrição). Os questionários semi-estruturados foram aplicados por acadêmicos membros do Grupo de Estudos em Plantas Nativas e Exóticas do Cerrado (Gefen) do ICA, estudantes bolsistas e voluntários que já atuavam em outros projetos de extensão e professores do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da UFMG. Além desses, houve a participação de estudantes da Escola Família agrícola de Itaobim que, na ocasião, realizavam estágio no STR.

Foram entrevistadas 23 famílias de agricultores em três comunidades rurais, situadas na sub-bacia do rio São João (afluente do rio Jequitinhonha): Nossa Senhora da Paz, São João e Flor de Minas. Após a sistematização dos dados, marcou-se uma reunião com os parceiros e agricultores por meio do seminário para a devolução das informações. Essa atividade gerou novas reflexões para repensar e refazer (práxis) as atividades do projeto, melhorando-as e aproximando ao máximo das demandas iniciais agora ressignificadas pelo envolvimento e pela participação dos agricultores.

Educação popular

Extensionistas, que se percebem como educadores, e grupos populares descobriram que educação popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a sua condição de cidadão, a capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, recusa-se a se deixar aprisionar na estreiteza burocrática e tecnicista de procedimentos escolares ou acadêmicos meramente formais. Dessa forma, ao lidar com o processo de conhecimento, é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização (FREIRE, 1995).

Assim, torna-se imperativo que a educação popular nas iniciativas da extensão universitária,





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

faça caso do saber popular e tenha como finalidade a superação do mundo de opressão e injustiça (CIZESKI, 1995). O conceito da educação de educação popular, chama a atenção para a devida preparação para a sua realização uma vez que, a realidade, sempre complexa e contraditória, apresenta exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores. Uma destas exigências está relacionada à compreensão crítica dos educadores e do que vem ocorrendo no cotidiano das comunidades rurais em relação às transformações dos modos de vida pressionadas pelo sistema econômico predominante, partindo de uma compreensão do “homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos, seres de decisão, da ruptura, da opção. Seres éticos [...]” (FREIRE, 2002:145).

A educação popular deve, conforme Paiva (1973), educar para conscientização (superação das dificuldades pelo próprio grupo) e para ajuda mútua (mutirão e o estabelecimento de redes). Essa percepção tem por finalidade uma leitura consciente e reflexiva da realidade para a contraposição aos fatores “exógenos” como: a politicagem assistencialista, atividades industriais/comerciais depredadoras do tecido social e da ecologia; enfim, quaisquer instituições externas que venham desconsiderar a realidade, os interesses, os valores e a cultura das comunidades.

Extensão, intervenção e desenvolvimento

A extensão é um encontro entre dois mundos, duas culturas, dois sujeitos, com subjetividades muito diferentes, no modo de conceber essa relação. Entre esses dois universos que sabem, pois aqui estão em questão o saber acadêmico/científico e o saber popular/tradicional; há diferentes interpretações semânticas e modos, às vezes, equivocados de compreensão e de ação (FREIRE, 1988). As atividades de extensão também podem ser vistas sob a ótica da intervenção. Ao adentrar na vida das pessoas, nas comunidades, os extensionistas, técnicos do município, professores e estudantes, podem ser incluídos na categoria: agentes externos (LOPES, 2004). Tendo como referência diversos trabalhos realizados em comunidades rurais, a intervenção pode ser entendida como uma ação (ou conjunto de ações) praticada por pessoas (agentes, assessores) que não pertencem ao núcleo comunitário onde tal ação se realiza. Ela pode assumir um caráter “tutorial” ou um caráter “educativo” (ALENCAR, 1995).

A intervenção assume um caráter tutorial quando a ação do agente externo é orientada no sentido de introduzir “ideias” previamente estabelecidas, sem que haja participação da população alvo e sua ação na formulação de tais “ideias”. Nessa forma de agir, é o agente externo que elabora os diagnósticos, identifica os problemas, escolhe os meios para solucioná-los, estabelece as estratégias de ação e avalia as ações executadas. Restando aos habitantes, nessa forma



A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

de intervenção, executar as ações “prescritas” (ALENCAR, 1995).

Por outro lado, a intervenção assume um caráter educativo quando a população alvo é estimulada pelo agente externo a desenvolver a habilidade de diagnosticar e analisar seus problemas, decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los, executar tais ações e avaliá-las, buscando, sempre que necessário, novas alternativas (ALENCAR, 2001). Tal modo de proceder vem ao encontro de uma concepção de desenvolvimento que prioriza, precipuamente, os indicadores e as variáveis sociais, ecológicas e da vida comunitária. Em última análise, o desenvolvimento pleno transcende os aspectos quantitativos, na direção ao bem comum, público, como o direito dos cidadãos fazerem sua história de modo democrático, pelo processo de ampliação da liberdade, empoderamento, bem-estar e capacidade de fazer escolhas com autonomia (SEN, 2000).

A intervenção educativa contribui para a transformação da realidade, da sua própria prática, localizada no contexto concreto, social e histórico, em que se desenvolve. Além de includentes, os projetos de desenvolvimento, para serem educativos, teriam como indicadores de crescimento o desenvolvimento objetivo (tangível) e o subjetivo, ambos se complementando e tornando condição para haver desenvolvimento pessoal, comunitário e regional (QUADRO 1).

QUADRO 1 – Dimensões e indicadores de desenvolvimento

Dimensões

Desenvolvimento objetivo

Indicadores:

- Meio ambiente; prática produtiva: produção e comercialização;
- Prática organizativa: sindicato, grupos de reflexão, times de futebol e associação;
- educação, saúde e segurança;
- crédito e infraestrutura.

Desenvolvimento subjetivo

Indicadores:

- União, solidariedade, dignidade e respeito;
- aprendizagem, conscientização, atitude, justiça e cidadania;
- autoestima elevada e satisfação;
- expressão: linguagem, valores, tradições, saber e manifestação cultural.

Fonte: Lopes et al, 2005.

A subjetividade, por se tratar de um indicador que não remete ao cálculo e às estatísticas dos programas oficiais de desenvolvimento ou das políticas públicas, financiadas por instituições como o Banco Mundial e o FMI, em muitas situações, não é valorizada de fato. Outras entidades, como agências financiadoras de organizações não governamentais e organismos pastorais eclesiais,





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

têm considerado em seus programas e projetos de intervenção para o desenvolvimento utilização desses indicadores (LOPES et al, 2005).

Resultados

Aqui será apresentado e discutido o que foi visto durante a observação não participante, as visitas às propriedades, a realização das entrevistas e os dados coletados na interação dialógica com os agricultores. Além disso, serão descritos os resultados do seminário de apresentação do diagnóstico e as ações realizadas a partir das demandas reafirmadas ou manifestadas na ocasião. É importante salientar que a contribuição deste projeto é no sentido de promover uma ação local e regional, propiciando ocupação e renda na área de fruticultura agroecológica e agregação de valor ao produto final (frutas). Isso exigiu também o domínio de alguns aspectos de logística, de ajustamento de métodos de pesquisa e, principalmente, de articulação com as instituições representantes dos agricultores e com os órgãos públicos que vêm atuando conjuntamente na realização do projeto.

O diagnóstico e a intervenção

A partir do diagnóstico foi possível conhecer melhor a realidade local e o público-trabalhado nas ações de extensão. Foi propiciada a participação dos agricultores ao responderem e ao discutirem os dados sistematizados com os professores e acadêmicos, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com a municipalidade. Na ocasião foram reafirmadas as demandas em relação aos cursos sobre técnicas de produção, processamento, desenvolvimento rural sustentável, associativismo, crédito rural e comercialização de alguns produtos agrícolas, como manga, banana e melancia. Essas culturas foram trabalhadas, também na prática, por meio de unidades demonstrativas instaladas pelos professores, acadêmicos do ICA e agricultores.

Na sistematização dos dados foi possível chegar aos resultados que foram apresentados e discutidos com as pessoas que participaram do seminário de devolução dos dados. Embora o enfoque desse artigo seja a vertente socioeconômica do seminário, a seguir serão apresentados alguns dados relacionados aos pomares domésticos e comerciais com o intuito de possibilitar uma visão abrangente com a inter-relação entre as três dimensões.

Considerando a amostra das 23 propriedades visitadas, 21 possuem pomares domésticos. Nesses, foram registradas 32 diferentes espécies de plantas frutíferas, sendo as principais: pinha, coco, tangerina, banana, seriguela, abacaxi, goiaba, acerola, laranja, limão, caju, jabuticaba, mamão





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

e jaca. Isso constituiu uma média de 52 plantas por propriedade. Assim, constatou-se um total de 1.070 frutíferas e uma estimativa de 20 toneladas de produção por ano. Conforme o levantamento realizado, a finalidade da produção das frutíferas, em 61% das propriedades entrevistadas, é para o autoconsumo, entre elas: caju, jabuticaba, seriguela e mamão. A outra parte da produção, 39% das frutíferas, é destinada para o autoconsumo e para a venda: banana, pinha, coco, tangerina, banana, abacaxi, goiaba, acerola, limão, laranja e jaca. Quanto aos pomares comerciais verificou-se que a produção de manga é a principal cultura com 87%, seguida pela banana 35%, mamão 17%, abacaxi 8% e graviola 4%; respectivamente: a manga 144 ton/ano, banana 240 ton/ano, mamão 50 ton/ano e a graviola 0,6 ton/ano (GRÁF. 1).

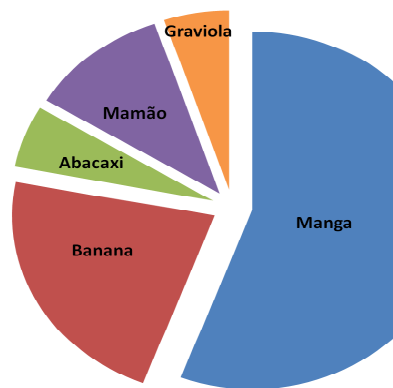


GRÁFICO 1: produção comercial de frutas
Fonte: Dados do diagnóstico, 2012.

Os principais problemas verificados, em relação à produção, foram: a escassez de água, questões fitossanitárias e a baixa fertilidade do solo. Os principais canais de comercialização variaram conforme a cultura. A manga tem como principais canais de comercialização a venda da chácara (contrato de venda da produção dos pés francos para determinada empresa), a feira livre de Itaobim e o Programa nacional de alimentação escolar (PNAE). Esse programa, conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. Além do PNAE, foi constatada a efetivação de outra política pública na região, o Programa de aquisição de alimentos (PAA) que é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar.

Os demais produtos são comercializados das seguintes formas: a banana na feira de Itaobim, nos sacolões, na feira de Medina, na comunidade Estação da Luz e por atravessadores. O abacaxi





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

na feira de Itaobim e em Teófilo Otoni. O mamão é vendido para feirantes, pelos produtores na feira de Itaobim e também por atravessadores. A graviola é destinada ao PNAE e a polpa para uma sorveteria em Teófilo Otoni.

Nos pomares domésticos e comerciais pode-se constatar que a produção é significativa, diversificada e importante para a segurança alimentar. Há uma necessidade, da parte dos produtores de ampliar o processamento de frutas, assim como aumentar a comercialização após solucionar algumas questões locais relacionadas ao PNAE e ao PAA, além de criar novos canais de comercialização. Foram apresentadas nas discussões, ideias quanto à diversificação da produção comercial com espécies menos exigentes em manejo e mais adaptadas às condições locais, como: seriguela, caju, umbu, abacaxi. Foram solicitados cursos de capacitação como: manejo do solo, controle fitossanitário, manejo de frutíferas e processamento de alimentos.

Diagnóstico Socioeconômico

De um modo geral, os principais aspectos trabalhados no levantamento dos dados socioeconômicos serão descritos a seguir. Em relação ao gênero do público entrevistado, constatou-se que 69% são homens e 31% mulheres. A faixa etária predominante é de 25 a 59 anos (48%). Mais de 80% das propriedades possuem entre 01 e 50 ha e, mais de 80% dos agricultores se dedicam em tempo integral às atividades agrícolas. O cultivo de frutíferas, com 79%, foi superior ao de olerícolas, grãos e cana de açúcar. A principal forma de cultivo é a considerada natural (87%), ou seja, sem o uso de agrotóxicos e com o baixo uso de insumos externos. A disponibilidade de água para consumo humano vem da Copanor (74%) as demais são oriundas de poços artesianos (8%) e de fontes diversas como água de chuva armazenada nas caixas de ferro e cimento do Programa P1MC, mina d'água ou do próprio rio São João. Pelas informações obtidas com os moradores da região e pela observação da não existência de sanitários em algumas casas foi inferido que há contaminação de esquistossomose na região.

Cursos e unidades demonstrativas: intervenção educativa e dialógica

Na ocasião foram reafirmadas as demandas em relação aos cursos sobre técnicas de produção, processamento, desenvolvimento rural sustentável, associativismo e comercialização de produtos agrícolas. A cultura da manga e da melancia foram trabalhadas, também na prática, por meio de unidades demonstrativas instaladas pelos professores, acadêmicos do ICA e agricultores. Os entrevistados manifestaram interesse em participar de treinamentos gerais, tais como: processos





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

de comercialização, processamento de frutas, horticultura, cultura do feijoeiro, construção de caixa d'água, informática, vacinação de gado. Treinamentos em fruticultura: processamento de frutas, fruticultura geral, cultura da mangueira, do mamoeiro e cultura da bananeira.

A unidade demonstrativa para o cultivo de manga em manejo agroecológico foi instalada em uma propriedade na localidade Flor de Minas. O objetivo dessa unidade demonstrativa foi implantar uma variedade diferente das conduzidas na região (Espada e Rosa). A partir do diagnóstico foi possível identificar a dificuldade que os produtores têm em relação a comercialização da produção das mangas Espada e Rosa, relataram que o mercado não tem interesse nessas variedades e o preço não atinge um valor significativo.

Outra dificuldade apontada no diagnóstico refere-se à colheita da produção, pois as plantas são muito altas devido ao fato de serem conduzidas em “pé franco” (sem podas e outros tratamentos culturais). Dessa forma, a unidade demonstrativa foi implantada com a variedade Palmer. Segundo Costa e Santos (2004), ‘Palmer’ é uma variedade semi-anã, de copa aberta, seus frutos possuem casca roxa quando “de vez” e vermelhos quando maduros, sua polpa é amarelada, firme, bom sabor (21,6° Brix), com pouca ou nenhuma fibra. Apresenta boa vida de prateleira e produções regulares e é bem aceita no mercado interno. A produção é tardia, permitindo prolongamento do período das safras.

A unidade demonstrativa para o cultivo agroecológico de melancia foi instalada em uma propriedade na comunidade Inhaúmas. Essa localidade foi escolhida devido às condições edafoclimáticas propícias para o cultivo agroecológico de melancia e por dispor de água para a irrigação. O cultivo de melancia em Itaobim vem sendo experimentado por alguns produtores e, segundo relatos desses, é uma cultura que desenvolve-se bem nessa região e que pode gerar renda para os envolvidos nesse processo. A unidade experimental foi implantada com as variedades Charleston Gray e Crimson Sweet. A variedade ‘Charleston Gray’ tem formato cilíndrico e coloração verde clara. A variedade ‘Crimson Sweet’ tem formato arredondado e coloração rajada. Ambas são resistentes à antracnose e possuem resistência moderada à murcha de *Fusarium*. Para um cultivo fundamentado na Agroecologia essas características são favoráveis. A variedade ‘Crimson Sweet’ possui também outra vantagem, é resistente ao transporte.

A implantação das unidades demonstrativas (manga e melancia) contou com a participação ativa dos agricultores e dos estudantes do Pró-jovem Campo – Saberes da Terra. O Pró-Jovem Campo - Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-





A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo (PRÓ-JOVEM CAMPO, 2012).

Considerações finais

Ao abranger pelo menos três grandes áreas do conhecimento: Agronomia, Engenharia de Alimentos e Administração e exigir uma formação ainda mais diversificada nas sub-áreas: fitotecnia, extensão rural, pós-colheita, processamento de alimentos, agroecologia, desenvolvimento rural, administração, ecologia, sociologia, solos, recursos hídricos, etc. o projeto teve maiores chances de contribuir para o desenvolvimento sustentável comunitário. Assim, a multidisciplinaridade foi fundamental para o sucesso das atividades, seja na área de pesquisa ou de extensão. A interdisciplinaridade também está presente na proposta, pois dentro de cada tema trabalhado – manejo agroecológico na fruticultura, processamento pós-colheita e extensão rural – é essencial uma abordagem integrada, por similitude, como ocorre dentro das propriedades familiares. Desse modo, buscou-se privilegiar as intervenções, de cunho educativo, a partir das diretrizes da extensão universitária, construídas sempre em parcerias e com as competências das diversas áreas do conhecimento em diálogo com os saberes populares. Isso permitiu que as atividades sempre fossem elaboradas e concretizadas buscando uma visão holística.

Os objetivos foram alcançados a partir das diversas atividades constitutivas do projeto por meio do diagnóstico, o que tornou factível a instalação de unidades demonstrativas, o enriquecimento de pomares com o plantio de novas mudas, as capacitações e os treinamentos na área de manejo sustentável frutíferas, processamento e boas práticas na indústria de alimentos e comercialização.

Para além das técnicas de produção, do incentivo às práticas agroecológicas e da comercialização, esta ação de extensão por ter sido educativa, pensada e realizada por meio de metodologias participativas, foi um momento de incentivo, provocação e valorização das pessoas daquelas comunidades. Espera-se que os resultados deste projeto contribuam para viabilizar a fruticultura sustentável na região e a segurança alimentar, gerando ocupação e renda. Além disso, acredita-se que as ações de extensão tenham possibilitado o início da transformação local e a promoção humana, por meio da conscientização para a cidadania e para o associativismo. Finalmente, provocou a reflexão e o incentivo à participação buscando a elevação da autoestima e da dignidade, o envolvimento para o desenvolvimento rural comunitário e consciência para conquistar e assegurar o direito ao bem-viver.



A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo (2003). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

ALENCAR, Edgar (2001). *Associativismo rural e participação*. Lavras: UFLA/FAEPE.

_____. (1995). *Formas de intervenção e associações comunitárias*: apresentação de três casos. ENANPAD, 19º. João Pessoa, PB. p. 97-113.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. [Lei] Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a PNATER e o PRONATER [disponível em: 12/06/2015] <URL: <http://www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater>>.

CIZESKI, A. “Apresentação” (1995). In: Gadotti, Moacir e Romão, José Eustáquio. (orgs). *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, pp. 9-10.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (1999). *A formação do capital social para o desenvolvimento local sustentável*. Anais do II Fórum Contag de Cooperação Técnica, São Luís.

COSTA, J.G.; SANTOS, C.A.F. Cultivares. In: *Cultivo da Mangueira*. Embrapa Semi-Árido. Sistemas de Produção, 2. ISSN 1807-0027 Versão Eletrônica. Julho/2004

FORPROEX. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. MEC/SESu. 2001. [disponível em: 15/06/2015] <URL: <http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/03-Avaliacao-Nacional-da-Extensao/Avaliacao-Extensao.pdf>>.

FREIRE, Paulo. Educação de adultos: algumas reflexões (1995). In: Gadotti, M e Romão, J. E. (orgs) *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, pp. 10-16.

_____. (1988). *Extensão ou comunicação?* 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2002). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 165 p.

JARA, Carlos. (1999). “Capital social e desenvolvimento local sustentável”. In CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. *A formação do capital social para o desenvolvimento local sustentável*. Anais do II Fórum Contag de Cooperação Técnica, São Luís.

LOPES, Frederico Antonio Mineiro. AMÂNCIO, Robson. ALENCAR, Edgard (2005). Participação libertadora, CEBs e comunidades camponesas em Montes Claros MG. In: *Organizações Rurais & Agroindustriais*, vol. 7, núm. 1, pp. 82-92. Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Brasil.





LOPES, Frederico Antonio Mineiro. *Fé e vida: ação educativa para participação social nas comunidades eclesiais de base rurais da paróquia São Sebastião, em Montes Claros, Norte das Gerais*. 2004. 112 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (2008). *Pólo Jequitinhonha – 10 [1996-2006]: a consolidação de uma experiência de desenvolvimento regional*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX.

PAIVA, Vanilda (1973). *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola.

PRÓ-JOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA. Portal MEC. [disponível em: 15/06/2015] <URL: http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12306&option=com_content&view=article>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOBIM. *Itaobim: conheça a nossa cidade*. [disponível em 07/06/2015] <URL: <http://www.Itaobim.mg.gov.br>>.

RIFKIN, Jeremy (1995). *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books.